



DIÁRIO ELETRÔNICO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO
Ano XV – nº 35 – Porto Alegre, sexta-feira, 07 de fevereiro de 2020

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

PUBLICAÇÕES ADMINISTRATIVAS

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

RESOLUÇÃO Nº 82/2019

Dispõe sobre a instalação do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Subseção Judiciária de Campo Mourão, Seção Judiciária do Paraná.

O VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, com respaldo no artigo 15, inciso I, do Regimento Interno deste Tribunal e tendo em vista o que consta no processo 0006808-64.2019.4.04.8000,

CONSIDERANDO as diretrizes estabelecidas pela Resolução CNJ 125/2010, acerca da Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses no âmbito do Poder Judiciário;

CONSIDERANDO a Política Judiciária de solução consensual dos conflitos de interesse no âmbito da Justiça Federal, disposta na Resolução CJF 398/2016;

CONSIDERANDO a Resolução TRF4 15/2011, que alinha o Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 4ª Região a essas políticas;

CONSIDERANDO a Portaria TRF4 942/2016, que institui o Manual do Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 4ª Região, e prevê, dentre as atribuições da Coordenadoria do SISTCON, a de instalação, no âmbito da Justiça Federal da 4ª Região, dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania;

RESOLVE, *ad referendum* da Corte Especial Administrativa:

Art. 1º Instalar o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Subseção Judiciária de Campo Mourão, Seção Judiciária do Paraná.

Parágrafo único. As normas de funcionamento do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCON) são aquelas estabelecidas na Portaria TRF4 942/2016.

Art. 2º Renomear a Seção da Central de Mandados para Seção de Apoio à CEMAN e ao CEJUSCON, na Direção do Foro da Subseção Judiciária de Campo Mourão.

Parágrafo único. As atribuições do titular da Seção de Apoio, além das comuns aos titulares de unidade, são aquelas afetas:

a) ao CEJUSCON, estabelecidas pela Resolução TRF4 15/2011;

b) à CEMAN, conforme as normas estabelecidas em provimento pela Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.



Documento assinado eletronicamente por **Luís Alberto d'Azevedo Aurvalle, Vice-Presidente**, em 20/01/2020, às 15:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php> informando o código verificador **4834769** e o código CRC **FF28304A**.